



Agroecologia na formação profissional indígena em Roraima *Agroecology in indigenous professional qualification in Roraima (Brazil)*

Rachel Camargo de Pinho¹, Luis Felipe Paes de Almeida¹, Sineia Bezerra do Vale²,
Maria Alcinda Mota Constantino³, Joceline Neide Araújo Veras¹

¹ Universidade Federal de Roraima - UFRR, rachel.pinho@gmail.com, jocylineveras@gmail.com, luisfelipe.almeida@gmail.com; ² Conselho Indígena de Roraima – CIR, sineiadowale_39@hotmail.com; ³ Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol – CIFCRSS, mariaamconstantino18@gmail.com.

Eixo Temático: Educação Formal em Agroecologia

Resumo: Roraima possui a maior área contínua de savanas da Amazônia, onde se localizam 28 das 32 terras indígenas do estado. As práticas de manejo agrícola e ambiental indígenas são baseadas na diversidade e auto regeneração, e isso possibilitou a conciliação entre produção e conservação por séculos, levando as terras indígenas a serem atualmente as áreas mais conservadas da Amazônia. Entretanto essa sustentabilidade está ameaçada, pois em muitos casos as terras foram demarcadas em áreas muito pequenas ou com acesso insuficiente a recursos essenciais, como é o caso de algumas terras indígenas da região das savanas de Roraima. Nesse sentido, o movimento indígena em Roraima vem há algumas décadas realizando e conquistando espaços em formações técnicas e profissionais permanentes relacionadas ao manejo e gestão ambiental e territorial, tendo como base princípios da agroecologia, conforme será descrito neste trabalho.

Palavras-chave: conhecimento tradicional, gestão territorial, ensino diferenciado.

Keywords: traditional knowledge, territorial management, differentiated teaching.

Contexto

A agroecologia pode ser definida como um campo de estudo científico transdisciplinar, uma prática produtiva e um movimento social que visa compreender e transformar os sistemas alimentares para maior sustentabilidade ecológica, equidade social e resiliência. A agroecologia como ciência voltada à formação de estudantes indígenas foi debatida por FEHLAUER & AYALA (2007), sendo a principal crítica a forma como essa ciência, mesmo ao valorizar os conhecimentos tradicionais, pode assumir posições de etnocentrismo, de gênese científico-ocidental e com discussões meramente técnicas ou teóricas baseadas no agro e na ecologia. Os mesmos autores sugerem ainda a criação de espaços experienciais e de aprendizagem, que podem permitir que estas percepções e teorias da ação se tornem práticas efetivas, princípio para a incorporação e consolidação de políticas pedagógicas interculturais engajadas na autonomia, sustentabilidade e liberdade dos povos indígenas.

Roraima possui a maior área contínua de savanas da Amazônia, onde se localizam 28 das 32 terras indígenas do estado (BARBOSA et al. 2007). A maioria das terras indígenas das savanas de Roraima possui área pequena (menos de 20.000 Km²), com densidade demográfica média de 3 habitantes/Km², valor 35 vezes maior do que a média encontrada nas terras localizadas na região florestal em Roraima (CAMPOS, 2011a).

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



Assim, a pressão sobre os recursos naturais vem crescendo nessas áreas, e algumas comunidades relatam consequências como a diminuição de áreas adequadas a agricultura, dificuldade para encontrar árvores madeireiras, palha e outros recursos, redução da caça, dentre outras (CIR, 2018; PINHO et al., 2012, FRANK & CIRINO, 2010).

As práticas de manejo agrícola e ambiental indígenas são baseadas na diversidade e autoregeneração, e isso possibilitou a conciliação entre produção e conservação por séculos, levando as terras indígenas a serem atualmente as áreas mais conservadas da Amazônia (NOGUEIRA et al. 2017; MAZOYER & ROUDART, 2010; MILLER & NAIR, 2006). Entretanto essa sustentabilidade está ameaçada, pois em muitos casos as terras foram demarcadas em áreas muito pequenas ou com acesso insuficiente a recursos essenciais. Essa situação é agravada quando a demarcação das áreas é descontínua, ou seja, as terras não se conectam, sendo geralmente rodeadas por fazendas, como é o caso de muitas terras indígenas da Amazônia, em especial na região das savanas de Roraima (CAMPOS, 2011b; MILLER et al., 2008). Nesse sentido, o movimento indígena em Roraima vem há algumas décadas realizando e conquistando espaços em formações técnicas e profissionais permanentes relacionadas ao manejo e gestão ambiental e territorial, tendo como base princípios da agroecologia.

Esse trabalho descreverá as três principais experiências de formação na área ambiental/agrícola específicas para os povos indígenas em Roraima:

- Formação de *técnicos agrícolas e ambientais* pelo Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), vinculado ao Conselho Indígena de Roraima (CIR);
- Formação de *agentes territoriais e ambientais indígenas* (ATAIs) pelo departamento ambiental do CIR;
- Formação de *gestores territoriais indígenas* pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

Descrição da Experiência

Técnicos agrícolas e ambientais - Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS)

O CIFCRSS é uma escola de Ensino Médio e Técnico dos povos indígenas de Roraima, criada e gerenciada pelo CIR desde 1996. Naquela época, eram poucas as escolas de ensino médio nas comunidades indígenas. Preocupados com a formação dos jovens indígenas, as lideranças através do CIR e parceria com Diocese de Roraima criaram o CIFCRSS, oferecendo o ensino médio e também técnico em Agropecuária, dentro de uma perspectiva voltada à realidade das comunidades indígenas e concebido como um espaço de reflexão e comprometimento com a luta pelos direitos e forte ligação com a base. De acordo com o seu Projeto Político Pedagógico, “a educação do CIFCRSS transcende a uma simples grade curricular, necessariamente deve considerar e possibilitar o exercício do reconhecimento de valores e meios que as populações indígenas tradicionalmente utilizam para manutenção e ampliação de sua formação política, das suas relações sociais, de seu conhecimento cultural e de seus recursos e modelos econômicos sustentáveis”.



O curso completo (Ensino Médio e Técnico) possui 4 anos de duração e segue o regime de alternância, sendo que a cada dois meses o estudante alterna sua permanência entre o CIFCRSS e a comunidade, que pode ser a sua própria comunidade, ou outra. Durante o período de aulas no CIFCRSS, as práticas são realizadas em vários setores (horta, criações animais, agrofloresta, medicinais, produção de composto etc), manejados diariamente por grupos de estudantes em rodízio. As disciplinas do nível técnico em agropecuária são divididas nas áreas de *Agricultura Sustentável*, *Pecuária*, *Gestão e Manejo Ambiental*, com atividades teóricas e práticas norteadas pela Agroecologia.



Figura 1. Estudantes em aula prática no CIFCRSS

Agentes territoriais e ambientais indígenas (ATAIs) – Conselho Indígena de Roraima (CIR)

A formação dos agentes territoriais e ambientais indígenas vem sendo realizada desde 2008, inicialmente em parceria com IBAMA, através do programa de agentes ambientais voluntários, adaptado para a realidade das terras indígenas. Era emitida uma carteirinha para o agente atuar regulamentado pelo IBAMA, podendo lavrar auto de constatação coibindo problemas ambientais nas TIs, e ao mesmo tempo fazendo monitoramento de seu território como sempre fizeram. Mas em 2009 o programa foi suspenso e como já haviam sido formado mais de 90 agentes, o CIR deu continuidade nessa formação, de forma continuada, e com o apoio de outras parcerias. Quase todos os agentes também tem a formação em brigadista pelo PrevFogo/IBAMA em Roraima. O papel do ATAI é orientar as lideranças em vários temas que são formados como: Direito, Legislação Ambiental, Medicina Tradicional, Mudanças climáticas, gênero, lixo, REDD+, manejo e cuidado com a água, gestão territorial.

A formação é feita de forma continuada através de oficinas temáticas e participativas, com homens, mulheres e jovens a partir de 18 anos, com os agentes mais antigos, e ainda incluindo também novos participantes. Em 2019, em parceria com CIR, IEB e NCI



serão realizados 3 módulos de formação com o tema de mudanças climáticas.

Gestores territoriais indígenas - Universidade Federal de Roraima (UFRR)

O Instituto Insikiran foi criado em 2001 (inicialmente como “Núcleo Insikiran”) a partir de reivindicações do movimento indígena pelo direito a educação superior de modo específico e diferenciado, e oferece cursos de graduação em Licenciatura Intercultural (desde 2001) e os bacharelados em Gestão Territorial Indígena (desde 2009) e Gestão da Saúde Coletiva Indígena (desde 2012), exclusivamente para indígenas.

O curso de Gestão Territorial Indígena (GTI) surgiu frente à “concepção de gestão do território por meio da conciliação entre a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico como estratégia para o futuro sustentável das terras indígenas e da Amazônia”, conforme o seu Projeto Político de Curso. O curso possui a duração de quatro anos, sendo os dois primeiros anos de formação geral, e os dois últimos anos voltados para a formação em quatro áreas, sendo uma delas a de Atividades produtivas e manejo ambiental. A procura dos estudantes é mais expressiva nas temáticas da Agroecologia dentro do curso de GTI, mostrando a importância dessa ciência para auxiliar os povos na gestão produtiva e ecológica de suas terras, valorizando a integração entre o conhecimento tradicional e científico em ações de manejo e produção sustentáveis, garantindo a soberania alimentar e geração de renda, com protagonismo indígena.

Tanto no curso de GTI como nos outros dois cursos do Instituto Insikiran, as principais organizações indígenas de Roraima possuem representação nas reuniões e colegiados, com direito a voz e voto em escolhas como da coordenação dos cursos e do Instituto.

Resultados

Até o momento, já se formaram mais de 90 técnicos em agropecuária pelo CIFCRSS, 280 agentes territoriais e ambientais pelo CIR, e 53 gestores territoriais indígenas pela UFRR.

De modo geral os estudantes da Universidade Federal de Roraima tem acesso à recursos financeiros por meio de bolsas de pesquisa, extensão e de auxílio tais como bolsa permanência, e pró-ciência que auxiliam nos gastos de moradia e alimentação, além de infraestrutura adequada à realização de seus estudos e vida acadêmica. Nos últimos anos foram muitos poucos recursos destinados a pesquisa para agroecologia em territórios indígenas, dificultando o acesso de estudantes a programas de pós-graduação. No contexto de formação dos técnicos em agropecuária e agentes territoriais, os cursos caracterizam-se por falta de apoio substancial das esferas governamentais, prejudicando a formação desses jovens e adultos.

Apesar disso, grande parte dos gestores formados atuam em atividades comunitárias relacionadas a gestão do meio ambiente, e também em ações do movimento indígena, como por exemplo o acompanhamento e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), que constituem a principal ferramenta da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) (BRASIL, 2012). Na



PNGATI foi inserido um eixo para a formação dos agentes ambientais, e a proposta para reconhecimento da categoria.

Muitos desses profissionais também vêm atuando como professores do Ensino Fundamental e Médio nas escolas nas comunidades (vinculadas à rede estadual de ensino), principalmente os gestores territoriais formados na UFRR. Geralmente quando atuam como professores, desenvolvem a disciplina de “prática de projetos”, que faz parte da grade curricular diferenciada das escolas estaduais indígenas em Roraima. No CIFCRSS também há muitos técnicos formados que retornam e atuam como professores no próprio CIFCRSS em disciplinas da formação técnica. O curso de gestão territorial indígena da UFRR recentemente incorporou a primeira professora indígena em seu quadro.

As demandas em manejo ambiental, agrícola e gestão territorial nas comunidades são abrangentes e crescentes, portanto é necessária a criação de categoria profissionais que reconheçam esses cargos, seja de gestor ou técnico, a exemplo dos cargos de “agente indígena de saúde (AIS)”, “agente indígena de saneamento” (AISAN), “professores indígenas”, que são contratados por editais e processos diferenciados, conquistados através de políticas públicas nas últimas décadas, mediante a demanda e pressão do movimento indígena, é necessária a discussão sobre a criação de cargos específicos para profissionais indígenas na área ambiental e agrícola, pois em Roraima esses profissionais já existem, e possuem a agroecologia em sua formação.

Assim, os profissionais que hoje são qualificados serão mais valorizados dentro de sua área de formação, e terão mais possibilidades de ampliar sua carreira acadêmica e profissional contribuindo pragmaticamente para o etnodesenvolvimento dos povos indígenas em Roraima, possibilitando a continuidade da integração entre produção e conservação, tendo como protagonistas as próprias comunidades.

Referência Bibliográfica

BARBOSA, R.I.; CAMPOS, C.; PINTO, F. 2007. **The “Lavrados” of Roraima: biodiversity and conservation of Brazil’s amazonian savannas.** Functional Ecosystems and Communities, v. 1, n. 1, p. 29–41.

CAMPOS, C. 2011a. **Diversidade Socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região.** São Paulo: Instituto Socioambiental.

CAMPOS, C. 2011b. As pequenas TIs de Roraima. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010.** Instituto Socioambiental, p. 260–263.

CIR – Conselho Indígena de Roraima. **Cartilhas sobre os Planos de Gestão Territorial e Ambiental Indígena.** CIR, 2018.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



FEHLAUER, T.; AYALA, C. **“Agroecologia em terras indígenas”**: das fronteiras da sustentabilidade à política de educação intercultural. Revista Tellus. Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 33-48, abril. Ed. UCDB, 2007.

FRANK, E. H.; CIRINO, C. A. Des-territorialização e re-territorialização dos indígenas de Roraima: uma revisão crítica. In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Eds) **Roraima. Homem, ambiente e ecologia**. Boa Vista: FEMACT, 2010, p. 11-33.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**. São Paulo: UNESP, 2010. 568 p.

MILLER, R.; NAIR, P. 2006. **Indigenous agroforestry systems in Amazonia: from prehistory to today**. Agroforestry Systems, v. 66, p. 151–164.

MILLER, R. P. et al. 2008. **Levantamento Etnoambiental das Terras Indígenas do Complexo Macuxi-Wapixana, Roraima**. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ.

NOGUEIRA, E.M., YANAI, A.M. et al. 2018. **Brazil’s Amazonian protected areas as a bulwark against regional climate change**. Reg Environ Change, v. 18, n. 573.

PINHO, R. C. et al. Agroextrativismo indígena no Lavrado: o caso da TI Araçá, RR. In: **Amazônia: Terra e Água - degradação e desenvolvimento sustentável**. Boa Vista: UFRR, 2012. p. 143-164.